

## O choque do petróleo fluminense A sensibilidade e vulnerabilidade do Rio de Janeiro aos embarques petrolíferos

---

*Caíque Leite de Holanda Gomes<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente artigo busca entender de que forma a queda do valor das exportações fluminenses de petróleo e gás contribuíram para a crise econômica e financeira que perpassa o Estado do Rio de Janeiro desde 2014. Além disso, será discutida a abordagem da interdependência complexa das Relações Internacionais para definir o nível de sensibilidade e vulnerabilidade do Rio de Janeiro aos embarques petrolíferos. Por fim, será feita uma análise generalista das exportações fluminenses para buscar alternativas aos embarques de petróleo e gás.

**Palavras-chave:** Comércio Exterior; Rio de Janeiro; Petróleo & Gás; Interdependência Complexa; Relações Internacionais.

### **The Rio de Janeiro's oil crisis. The state's sensibility and vulnerability to the oil exports**

**ABSTRACT:** This article seeks to understand how the fall in the value of Rio de Janeiro's oil and gas exports contributed to the economic and financial crisis that permeates the state since 2014. In addition, it is debated the Complex Interdependence approach of International Relations to set Rio de Janeiro's level of sensibility and vulnerability to the oil shipments. Lastly, to the extent it looks for alternatives to Rio's oil and gas shipments, it is made a general analysis of the state's exports.

**Keywords:** Foreign Trade; Rio de Janeiro; Oil & Gas; Complex Interdependence; International Relations.

Artigo recebido em 07/05/2017 e aceito em 13/07/2017.

## Introdução

O Rio de Janeiro é o Estado brasileiro com a maior produção petrolífera do país, chegando a produzir mais de 70% da produção nacional. Sua representatividade nesse setor teve início nos fins da década de 1970, com o início da exploração na Bacia de Campos, fazendo com que várias multinacionais petrolíferas se instalassem no Estado, reafirmando a preponderância fluminense no mercado de petróleo e gás (P&G). Essa importância se intensificou com a descoberta do Pré-Sal, em 2006, pela Petrobrás (cuja sede é no Rio de Janeiro) e com o início da sua extração, em 2008. A exploração dessa camada aumentou severamente ao decorrer dos anos, tendo em vista que a produção diária de petróleo no Pré-Sal passou da média de aproximadamente 41 mil barris por dia, em 2010, para o patamar de 1 milhão de barris por dia em meados de 2016 – apresentando um crescimento de quase 24 vezes<sup>II</sup>.

Todavia, o destaque fluminense em P&G acabou gerando uma situação de dependência do Estado aos embarques petrolíferos. Essa conjuntura se intensificou tanto que atualmente o setor de P&G é responsável por mais da metade das exportações do Rio de Janeiro. Isso fez com que a balança comercial do Estado sentisse negativamente os efeitos da redução de -71,32%, entre 2012 e 2016, do preço do barril de petróleo no mercado internacional. Vale ressaltar que essa queda se tornou mais intensa a partir de 2014, contribuindo, junto com outros fatores, com o início de uma crise econômica e financeira no Rio de Janeiro<sup>III</sup>. Além disso, é importante frisar que a crise não é exclusiva do Rio de Janeiro, mas do país inteiro. Como será debatido nesse trabalho, não foi apenas a queda do preço do barril de petróleo que gerou a crise fluminense, mas uma soma de outros fatores – em que a redução do valor exportado de P&G teve destaque.

Esse artigo propõe analisar o impacto da dependência do Estado do Rio de Janeiro nos embarques petrolíferos. Para isso, será debatido as ideias de sensibilidade e vulnerabilidade que Joseph Nye e Robert Keohane (1977) concebem na Interdependência Complexa – uma das principais abordagens liberais das Relações Internacionais. A partir disso, e com base em uma análise generalista do comércio exterior fluminense e nos conceitos debatidos por Nye & Keohane (1977), será discutido quais opções o Estado do Rio de Janeiro tem para diminuir sua sensibilidade e vulnerabilidade aos embarques petrolíferos.

## A Interdependência Complexa

O tema da interdependência teve grande força nas teorias das Relações Internacionais durante a década de 1970 por conta da época da *détente* (distensão) na Guerra Fria. Essa fase foi marcada por um degelo nas relações dos Estados Unidos e da União Soviética, trazendo importantes avanços nas negociações sobre o controle da corrida nuclear entre as superpotências. Além disso, essa fase criou a percepção de que as questões tradicionais de segurança, até então dominantes, perderiam relativamente a importância frente a outros temas emergentes – sobretudo os de natureza econômica, como o desenvolvimento e a interdependência<sup>IV</sup>.

Uma das maiores contribuições teóricas dessa época é o livro *“Power and Interdependence: World Politics in Transition”* (1977), em que os autores, Robert Keohane e Joseph Nye, tentam conciliar uma perspectiva liberal com o realismo. Keohane & Nye afirmam que o realismo não consegue explicar um mundo complexo e interdependente, defendendo que sua teoria complementaria o realismo ao debater as mudanças que o poder é exercido contemporaneamente. Ademais, os autores argumentam que a interdependência, ao

invés de ser um fenômeno neutro ou benigno, pode ser uma fonte de conflito e um recurso de poder<sup>V</sup>.

Nye & Keohane afirmam que vivemos em uma era de interdependência – seja em termos econômicos, de comunicação ou de aspirações humanas –, que afeta a política mundial e o comportamento dos Estados, fazendo com que o poder das nações se torne cada vez mais elusivo. Os autores definem o termo ‘dependência’ como um Estado sendo determinado ou significativamente afetado por forças externas, ao passo que ‘interdependência’, em síntese, consiste em mútua dependência. Dessa forma, interdependência na política mundial refere-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou atores em diferentes países<sup>VI</sup>.

Embora possa ser aplicada em outras esferas da política internacional, a interdependência é mais percebida nas relações econômicas. Nye & Keohane estudam, mais especificamente, o caso do mercado do petróleo por se tratar de um problema global da época e por representar bem o impacto produzido pela interdependência. Os choques do petróleo em 1973 e em 1979 fizeram com que os países desenvolvidos cooperassem para criar um mecanismo de reservas petrolíferas que os protegessem contra o desabastecimento quando houvesse uma nova crise<sup>VII</sup>.

A visão tradicional das relações internacionais defende que o poder militar se sobrepõe frente a outras formas de poder, fazendo com que Estados com maior poder militar exerçam controle na política mundial. No entanto, os autores defendem que as fontes que produzem as capacidades de poder estão cada vez mais complexas. Frente a isso, Keohane & Nye definem poder como “a habilidade de um ator conseguir que os outros façam algo que de outra forma não fariam”. Sendo assim, em linhas gerais, poder pode ser concebido em termos de controle sobre os resultados<sup>VIII</sup>.

Para entender o papel da interdependência, os autores acham conveniente distinguir entre suas duas dimensões distintas: sensibilidade e vulnerabilidade. De acordo com Keohane & Nye “sensibilidade envolve o grau de capacidade de resposta dentro de um quadro político”, ou seja, com que rapidez as mudanças em um país trazem impactos onerosos no outro? E o quão grande é esse impacto? A interdependência na forma da sensibilidade é criada pelas interações dentro de um quadro político, que deverá permanecer inalterado. Um exemplo disso é a maneira como os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental foram afetados pelo aumento do preço do petróleo na década de 1970. Desconsiderando novas políticas, que levariam anos para serem implementadas, a sensibilidade dessas economias se dá pelo valor e a proporção de petróleo estrangeiro que estes importam. Sendo assim, os Estados Unidos eram menos sensíveis que o Japão nessa situação porque apenas uma pequena porção do petróleo estadunidense era originada do exterior<sup>IX</sup>.

Em suma, sensibilidade é o indicador de impacto, medido em termos de custos, que uma ocorrência em um país tem sobre a sociedade do outro, em que quanto maior a interdependência, maior a sensibilidade<sup>X</sup>.

Todavia, os autores argumentam que analisando a interdependência apenas na sua dimensão da sensibilidade, ignora-se a situação em que o quadro político pode ser alterado. Se houvesse alternativas disponíveis, a partir da adoção de novas políticas, quais seriam os custos para se ajustar à essas mudanças externas? No caso do petróleo, por exemplo, o que interessa não é apenas a proporção que um Estado importa, mas também as alternativas para esse petróleo importado e os custos para alcançar essas alternativas. Sendo assim, dois países que importam 35% do seu petróleo podem parecer igualmente sensíveis aos aumentos desse produto, no entanto, se o Estado A pudesse alterar para as suas fontes domésticas a um custo moderado e o Estado B não tivesse essa opção, o Estado B seria mais vulnerável que o Estado

A. Sendo assim, a dimensão da vulnerabilidade na interdependência baseia-se na relativa disponibilidade e custo das alternativas que os atores encaram<sup>XI</sup>.

Em linhas gerais, sensibilidade simboliza o impacto imposto pelo exterior antes das políticas serem alteradas para mudar essa situação, ao passo que a vulnerabilidade pode ser definida como a capacidade de um ator suportar os custos impostos pelo exterior mesmo depois das políticas serem alteradas.

Tendo em vista que essa pesquisa se propõe a analisar a dependência fluminense aos embarques petrolíferos, medindo o impacto que isso gera na economia do Estado, e investigar alternativas para que o Rio de Janeiro reduza essa sujeição, a Interdependência Complexa se mostra essencial para esse debate. Da mesma forma que a economia de alguns países sofreu danos por conta da Crise do Petróleo (1973), a queda internacional do preço do barril de petróleo, em 2014, gerou efeitos onerosos ao Estado do Rio de Janeiro. O ponto de convergência entre esses dois acontecimentos é a capacidade, em ambos os casos, de um evento externo ter consequências no âmbito interno. Isso comprova que, mesmo depois de 40 anos, o mundo ainda está inserido em uma complexa rede de interdependência, em que o poder nacional está progressivamente mais elusivo, como sugerem Nye & Keohane.

### **Panorama da crise fluminense**

A indústria de petróleo e gás (P&G) tem destaque na economia do Rio de Janeiro desde o fim dos anos 1970, com o início da produção de P&G na Bacia de Campos. O Estado é o maior produtor desses hidrocarbonetos no Brasil e expandiu exponencialmente seus negócios nesse segmento<sup>XII</sup>. O fato do Estado estar próximo das bacias que concentram 90% da exploração nacional de petróleo – as de Campos e de Santos – resultou na relevância fluminense no desenvolvimento desse setor. Essa proximidade fez com que as principais empresas internacionais petrolíferas (*e.g.*, *FMC Technologies*, *Oil States*, *Technip*, *Subsea 7*, *Cameron*, *Baker Hughes*, *NOV*, *GE* e *Wellstream*) se instalassem no Rio de Janeiro, além do Estado ser escolhido para sediar a Petrobrás, principal empresa nacional desse segmento<sup>XIII</sup>. A representatividade do Estado no setor de P&G brasileiro é tão grande que, em 2012, o Estado do Rio de Janeiro foi responsável por cerca de 74,4% da produção petrolífera nacional<sup>XIV</sup>.

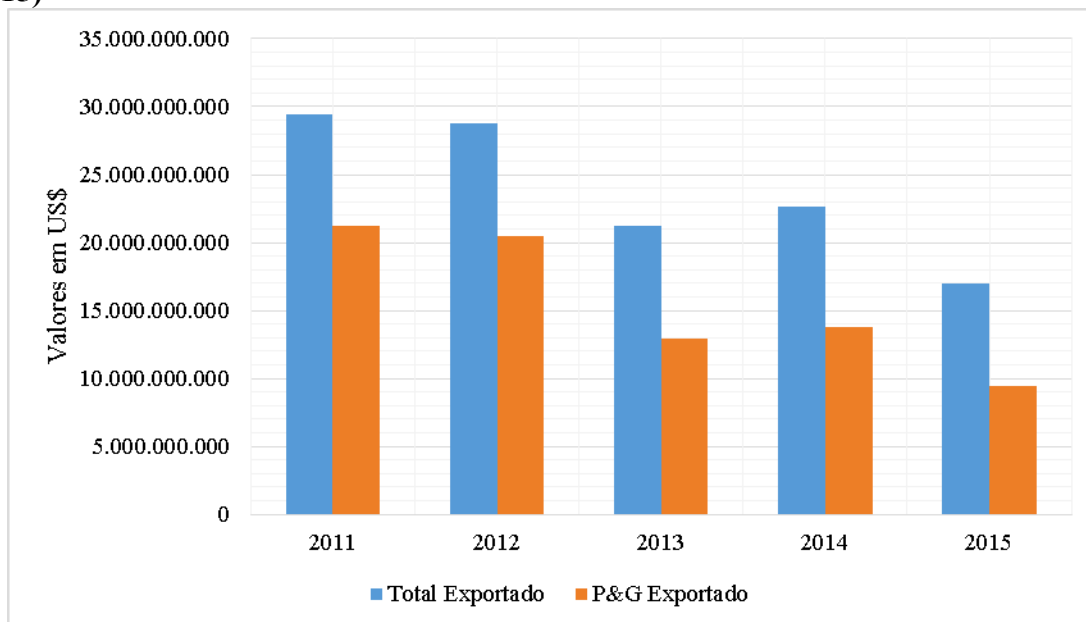
Entretanto, essa situação se torna complexa quando o Estado baseia a maior parte dos seus embarques apenas no setor de P&G. Como mostra o Gráfico 1, se comparar o valor total exportado pelo Rio de Janeiro com o valor exportado em combustíveis nos cinco últimos anos (2011-2015) observa-se que o setor P&G é responsável por cerca de 60,96% dos embarques fluminenses. Além disso, também é possível observar no Gráfico 1 uma considerável queda nos embarques fluminenses em P&G de 2011 a 2015 – apresentando, entre os dois períodos, uma variação negativa de -55,51% – que impactou, conseqüentemente, no valor total exportado pelo Estado.

Essa situação mostra que o Estado é tanto dependente do fluxo comercial desse produto quanto do seu valor comercial. O Rio de Janeiro vem sentindo esse impacto desde 2014 por conta da dinâmica do mercado internacional dessa commodity. A queda do preço do barril de petróleo se deu, sobretudo, por uma questão de oferta e demanda – principal determinante do comércio petrolífero. Em 2014, a demanda por petróleo estava relativamente baixa, contribuindo para a redução de mais de 40% do seu preço entre junho, quando o barril custava US\$ 115, e dezembro de 2014, em que pagava-se em média US\$ 70 por barril. Um dos motivos dessa contração foi a fraca atividade econômica, especialmente devido ao aumento da substituição do petróleo por outros combustíveis. Somado a isso, os Estados Unidos passaram a ser o maior produtor petrolífero do mundo, diminuindo drasticamente suas

compras – e, conseqüentemente, a demanda – desse segmento. Embora a Arábia Saudita pudesse promover a retomada dos preços caso cortasse sua própria produção, o país e seus parceiros do Golfo decidiram não comprometer seus mercados para restaurar os preços, principalmente porque isso beneficiaria outros países, como Irã e Rússia, os quais esses governos não mantêm relações muito pacíficas<sup>XV</sup>. Apesar do aumento dos preços beneficiar a Arábia Saudita, o país possui cerca de US\$ 700 bilhões em reserva monetária, podendo sustentar-se com preços menores por algum tempo<sup>XVI</sup>.

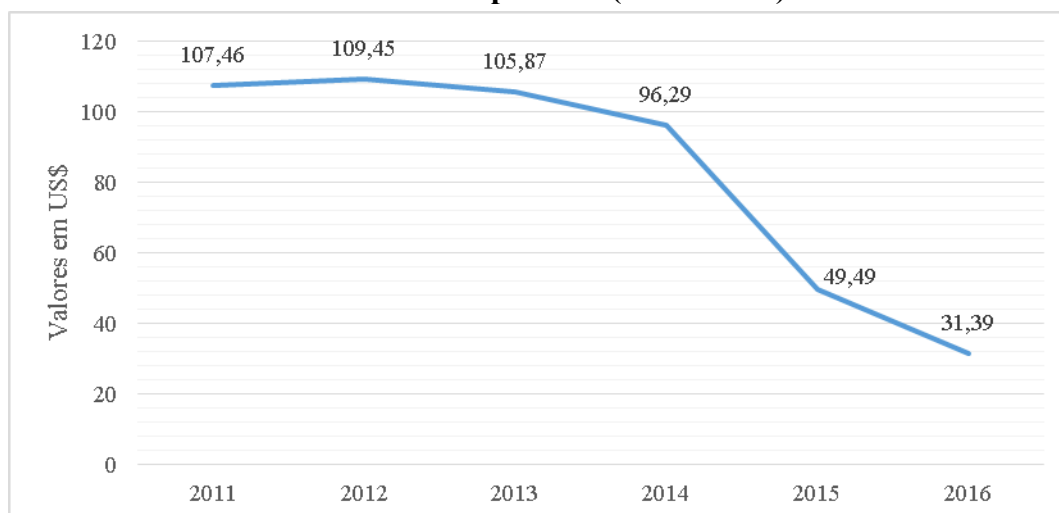
Como mostra o Gráfico 2, desde 2012, anualmente o valor do barril do petróleo vem apresentando uma queda, resultando em uma variação de -71,32% entre 2012 e 2016. O Rio de Janeiro sofreu esses impactos visto que a redução do valor pago pelo barril do petróleo teve conseqüências no valor total exportado desse produto, contraindo a receita do Estado. Isso se torna mais claro ao observar que ao passo que o Rio de Janeiro aumentou a sua produção e quantidade exportada de petróleo, o valor embarcado diminuiu. Mais detalhadamente, em 2014, o Estado exportou cerca de US\$ 13,7 bilhões em P&G, ao passo que, em 2015, esse valor reduziu para US\$ 9,4 bilhões – ou seja, uma queda de -31,52%. No entanto, ao analisar a quantidade produzida e exportada de petróleo nesses dois períodos, 23,1 milhões/kg em 2014 e 30,8 milhões/kg em 2015, observa-se um aumento quantitativo de 33,75%. Dessa forma, observa-se que embora o Rio de Janeiro tenha aumentado sua produção, o valor recebido por esses embarques diminuiu por conta das oscilações do mercado internacional de petróleo.

**Gráfico 1: Valor total exportado pelo Rio de Janeiro e o valor exportado em P&G (2011 - 2015)**



Fonte: Funcex, com base em dados da Secex/MDIC, organização do autor.

**Gráfico 2: Valor médio do barril de petróleo (2011 - 2016)**



Fonte: OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), organização do autor<sup>XVII</sup>.

Por conta dessa baixa no preço do barril do petróleo no mercado internacional, gerando drástica queda no valor dos repasses mensais dos municípios e do Estado, os gestores municipais vêm anunciando uma profunda crise desde o final de 2014. Como saída, estes pediram empréstimos e/ou adiantamentos de rendas futuras ao governo federal e aos bancos<sup>XVIII</sup>.

A queda da receita dos royalties colaborou para a deterioração da crise financeira de estados e municípios, sobretudo no Rio de Janeiro. Entre 2015, o Estado apresentou uma queda de 28,16% na arrecadação de royalties, perpassando de R\$ 3,213 bilhões em 2014 para R\$ 2,308 bilhões em 2015. Outros estados também sentiram esse feito, como o Espírito Santo, reduzindo sua receita dos royalties de R\$ 837 milhões em 2014 para R\$ 624 milhões em 2015, a Bahia, recuando de R\$ 260 milhões para R\$ 176 milhões, e Sergipe, onde a arrecadação caiu de R\$ 166 milhões para R\$ 97 milhões<sup>XIX</sup>.

De acordo com Cruz, os seguintes elementos são utilizados para caracterizar a atual crise: queda das rendas petrolíferas, quebra nos orçamentos, incapacidade de pagar dívidas contraídas, interrupção nas obras, cortes no custeio e nos investimentos e demissões em massa dos terceirizados. Todavia, ao mesmo tempo, a produção petrolífera se mantém e o Estado continua recebendo grandes investimentos voltados para a produção de petróleo na camada do Pré-Sal<sup>XX XXI</sup>.

Isso ocorre porque o Brasil é considerado promissor nesse segmento. Segundo a IEA (*International Energy Agency*), até 2036 o país investirá cerca de US\$ 65 bilhões por ano em exploração e produção de petróleo, algo em torno de US\$ 1 trilhão em 22 anos<sup>XXII</sup>. Acredita-se que o setor P&G, em específico no Rio de Janeiro, promoverá um salto quântico nas atividades de exploração de petróleo e gás no país por conta da descoberta do Pré-Sal e da presença de diferentes empresas de todas as partes do mundo no Estado<sup>XXIII</sup>.

Em linhas gerais, apesar da dependência do Rio de Janeiro no comércio de P&G tenha sido uma grande causa da atual crise econômica fluminense, é importante ressaltar que esse não foi o único motivo. Além da queda na arrecadação dos royalties de petróleo, especialistas da BBC Brasil apontam as falhas na gestão das finanças públicas estaduais como fatores que explicam a crise fluminense, que chegou, em meados de 2016, a um rombo de R\$ 19 bilhões em suas contas<sup>XXIV</sup>.



Em março de 2016, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) liberou um relatório apontando que o governo do Estado do Rio de Janeiro concedeu diversas isenções fiscais a empresas, de aproximadamente R\$ 138,6 bilhões, entre 2008 e 2013. Estima-se que tal quantidade seria suficiente para pagar cinco anos e três meses de vencimentos ao funcionalismo, incluindo 13º salário. As empresas favorecidas por essas isenções pertencem aos mais variados segmentos, indo desde os setores automotivos e de petróleo até a ramos mais específicos, como joias e bijuterias – de pouco alcance para a população. Essa quantidade de dinheiro, que deixou de entrar nos cofres públicos por seis anos, ajudaria o governo estadual a pagar os salários atrasados de pensionistas e servidores público em 2016, evitando empréstimos com o governo federal<sup>XXV</sup>.

Em 17 de junho de 2016, o governador em exercício do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, decretou estado de calamidade pública, justificando essa ação por conta da: grave crise econômica; da queda da arrecadação do ICMS e dos royalties do petróleo; das severas dificuldades na prestação de serviços essenciais e; da possibilidade de um total colapso na segurança pública, na saúde, na educação, na mobilidade e na gestão ambiental. Esse anúncio chama a atenção para a crise que o Estado enfrenta, impedindo, segundo o governador em exercício, com que o Estado honre seus compromissos com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos<sup>XXVI</sup>.

### **O choque do petróleo fluminense**

Utilizando as dimensões de sensibilidade e vulnerabilidade de Keohane & Nye (1977), é possível concluir, de início, que o Rio de Janeiro é sensível com relação ao comércio de P&G. Como foi debatido, mais da metade das exportações fluminenses são originadas do setor petrolífero, além disso, um dos motivos que levaram o Estado a entrar em crise econômica em 2014 foi a queda do preço do barril de petróleo, mostrando, portanto, um alto nível de dependência entre o Rio de Janeiro e os royalties de petróleo. O impacto no Estado foi quase instantâneo, tendo como consequências: atrasos nos salários dos servidores público e pensionistas, aumento de impostos e tentativa do governo estadual de conseguir empréstimos e/ou adiantamento de renda com o governo federal.

No entanto, cabe saber se além do Rio de Janeiro ser sensível ao comércio de P&G, o Estado também é vulnerável. Isso vai depender de quais as alternativas o Estado tem para poder diminuir sua dependência aos royalties. Sendo assim, se torna necessário pesquisar outros potenciais setores que o Estado possa investir a fim de se tornar menos vulnerável ao comércio petrolífero. A partir da ampliação da sua matriz exportadora, o Estado diversificará os riscos de entrar em crise por conta do fluxo comercial de um determinado produto. Por exemplo, considerando que o Estado importa o Produto A e o Produto B, se o comércio do Produto A estiver ruim e o comércio do Produto B estiver bom, o Estado não sofrerá tanto o impacto do Produto A por ter outras opções – nesse caso, o Produto B.

Gaspari afirma que o Rio de Janeiro necessita intensificar e ampliar seu número de empresas inovadoras, visto que inovação é considerada um elemento crucial para a diversificação econômica e para a atração de novos negócios. Além disso, há no Estado centros científico-tecnológicos, como universidades e centros de pesquisas, que podem ser melhor explorados. No entanto, como argumenta o autor, o maior obstáculo para a diversificação da economia fluminense e o desenvolvimento regional é a infraestrutura do Estado, uma vez que muitas regiões do Rio de Janeiro ainda não dispõem de uma malha de transportes que facilite a instalação de novas empresas<sup>XXVII</sup>.

### Como tornar o Rio de Janeiro menos vulnerável ao mercado de P&G?

Frente à dependência do Rio de Janeiro ao mercado de P&G, se faz necessário buscar alternativas para a diversificação da matriz exportadora fluminense, visto que, ao investir em potenciais mercados, o Rio de Janeiro estará diminuindo os efeitos onerosos que o setor de P&G possa gerar em sua economia. Uma opção é analisar quais são os principais setores, desconsiderando petróleo e seus derivados, que o estado produz e comercializa, a fim de servirem como uma alternativa aos combustíveis.

A Tabela 1 destaca os principais produtos exportados pelo Rio de Janeiro nos últimos cinco anos, em que, de longe, P&G tem maior relevância no comércio exterior fluminense. Todavia, ao desconsiderar esse segmento, o setor de metal mecânico se insere como o segundo maior do estado, seguido pelo setor automobilístico, de transportes aquaviários, de commodities agrícolas (destacando-se a borracha) e de biotecnologia (sobretudo o segmento farmacêutico). Embora o valor embarcado pelo Rio de Janeiro desses produtos seja bastante inferior ao de petróleo e seus derivados, o incremento da produção e exportação desses setores pode reduzir o impacto da instabilidade do mercado internacional de P&G no estado, reduzindo, portanto, a dependência petrolífera da matriz exportadora fluminense.

**Tabela 1: Principais produtos exportados pelo Rio de Janeiro (2011-2015)**

<b>Produto</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Combustíveis e óleos minerais	21.226,4	20.496,2	12.941,7	13.789,1	9.442,1
Ferro fundido, ferro e aço	2.592,4	2.188,5	1.935,9	2.347,4	1.884,8
Embarcações e estruturas flutuantes	1.121,9	746,5	1.457,7	1.989,6	1.574,1
Veículos automóveis, suas partes e acessórios	778,1	737,1	1.072,1	741,3	525,1
Reatores nucleares e semelhantes	676,3	1.107,5	717,5	564,5	570,3
Obras diversas de metais comuns	386,4	359,7	315,9	397,7	745,5
Borracha e suas obras	412,4	463,8	328,2	332,1	293,8
Plásticos e suas obras	358,6	301,4	259,8	267,2	259,7
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	193,1	221,9	151,3	138,6	145,7
Produtos farmacêuticos	142,8	144,7	145,5	121,4	152,7

Fonte: Funcex, com base em dados da Secex/MDIC, organização do autor.

(\*) Valores em US\$/milhões.

Além dos setores apresentados acima, Gaspari<sup>XXVIII</sup> aponta outras oportunidades de negócio para o Estado do Rio de Janeiro, tais como:



- i) **Biotecnologia:** devido à recente ampliação da *Cryopaxis*, laboratório de criogenia e armazenamento de células-tronco, chamando a atenção para o segmento de biotecnologia no Estado;
- ii) **Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC):** um ramo que o Rio de Janeiro poderia explorar por conta de um aumento global expressivo na produção de software e aplicativos;
- iii) **Atividades entre Indústria e Serviços:** em que alguns segmentos já instalados no Estado, como o de audiovisual e o de turismo, podem ser incrementados com a reestruturação da infraestrutura urbana, de transportes e de telefonia e;
- iv) **Design:** segmento que tem vantagem por poder ser combinado com outros setores, inclusive os tradicionais, como os de vestuário e móveis.

O governo federal, buscando variar a matriz exportadora nacional, lançou em 2012 o Plano Nacional de Cultura Exportadora (PNCE), que tem a finalidade de aumentar as exportações brasileiras e a participação do país no comércio internacional, visando diversificar os destinos, as origens e a pauta brasileira de exportação. Esse programa conta com parceiros<sup>XXIX</sup> que realizam ações de formação, capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior<sup>XXX</sup>. A atuação do PNCE é de suma importância visto que instrui e incentiva futuros exportadores, ajudando na ampliação da pauta exportadora brasileira e, no caso fluminense, no aumento de mercados alternativos ao petróleo, podendo contribuir para a diminuição da vulnerabilidade fluminense aos embarques petrolíferos.

## Conclusão

Embora a queda do preço do barril de petróleo – devido às oscilações do mercado internacional dessa commodity – tenha sido um dos principais motivos que contribuíram para a eclosão da crise econômica e financeira fluminense iniciada em 2014, observou-se que a má gestão dos recursos públicos também atuou como um intensificador dessa conjuntura. Pode-se somar a isso o fator Olimpíada, em que o Estado gastou cerca de R\$ 37,6 bilhões – frente aos R\$ 28,8 bilhões do orçamento previsto inicialmente na candidatura brasileira<sup>XXXI</sup>. Como foi mostrado, os gastos com o evento olímpico contribuíram para o decreto de estado de calamidade pública pelo governador em exercício, Francisco Dornelles. Soma-se a isso, também, o escândalo das isenções fiscais, dinheiro que deixou de entrar nos cofres públicos e que poderia ser utilizado para equilibrar as contas do Estado frente à queda da arrecadação dos royalties.

Com relação aos embarques petrolíferos, foi mostrado que esse segmento figura em mais da metade das exportações do Rio de Janeiro, resultando, nos termos de Keohane & Nye (1977), na sensibilidade fluminense a esse setor, visto que a queda do comércio de P&G tem efeitos onerosos ao Estado. Ao analisar a dimensão da vulnerabilidade, a partir dos principais segmentos embarcados pelo Rio de Janeiro, percebe-se que o Estado possui mercados potenciais alternativos ao Petróleo & Gás, destacando-se o metal mecânico, setor automobilístico, transportes aquaviários, commodities agrícolas e biotecnologia. Além disso, o PNCE é uma iniciativa que se propõe a diversificar a matriz exportadora brasileira ao estimular o empresário a exportar o seu produto. Essa iniciativa pode ser considerada como uma tentativa do governo nacional de diminuir a sensibilidade e vulnerabilidade, não só do

Rio de Janeiro, mas do Brasil, a um restrito número de setores, em que Petróleo & Gás tem o seu peso.

No entanto, é imprescindível salientar que o mercado de P&G possui alto valor agregado e que há no Rio de Janeiro uma cultura exportadora petrolífera de cerca de 40 anos. Vale ressaltar, também, que não é o intuito desse artigo dirimir os embarques petrolíferos do Estado, mas, invés disso, mostrar alternativas que o Estado do Rio de Janeiro possa investir para não ser tão dependente da arrecadação dos royalties. Dessa forma, lança-se, então, o desafio ao Rio de Janeiro e, também, ao Brasil de conseguirem – por meio do PNCE, incentivos fiscais e uma gestão pública mais transparente – minimizar a dependência aos embarques petrolíferos e evitar novos “choques do petróleo” e crises econômicas.

#### Notas

<sup>I</sup> Graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro (Unilasalle-RJ). Esse texto foi produzido com financiamento da FAPERJ para o Projeto de Pesquisa sobre Parcerias Comerciais do Estado do Rio de Janeiro, integrante da Unidade de Inteligência Comercial do Unilasalle-RJ. E-mail para contato: clholanda@live.com.

<sup>II</sup> PETROBRÁS, *s/a, s/p*.

<sup>III</sup> Em janeiro de 2014, o preço do barril do petróleo custava cerca de US\$ 106,85, despencando para US\$ 63,78 em dezembro do mesmo ano e US\$ 26,50 em janeiro de 2016 – apresentando uma queda de 75,19% entre janeiro de 2014 e 2016. Disponível em: <[http://www.opec.org/opec\\_web/en/data\\_graphs/40.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/40.htm)>. Acesso em: 13 out 2016.

<sup>IV</sup> MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 80-81.

<sup>V</sup> MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 82.

<sup>VI</sup> NYE; KEOHANE, 2001, p. 3-7.

<sup>VII</sup> MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 82.

<sup>VIII</sup> KEOHANE; NYE, 2001, p. 9-10.

<sup>IX</sup> *Idem*.

<sup>X</sup> MESSARI; NOGUEIRA, 2005, p. 83.

<sup>XI</sup> KEOHANE; NYE, 2001, p. 11.

<sup>XII</sup> GASPARI, 2015, p. 14.

<sup>XIII</sup> ABEND, 2014, p. 26.

<sup>XIV</sup> FILHO et al, 2015.

<sup>XV</sup> THE ECONOMIST, 2014, *s/p*.

<sup>XVI</sup> BOWLER, 2014, *s/p*.

<sup>XVII</sup> Valor do ano 2016 contabilizado apenas até o mês de março.

<sup>XVIII</sup> CRUZ, 2015, p. 2.

<sup>XIX</sup> ALVARENGA, 2016, *s/p*.

<sup>XX</sup> O pré-sal é uma camada de petróleo que fica em grandes profundidades oceânicas, sob um espesso estrato de sal. Ela é formada por uma sequência de rochas sedimentares de mais de 100 milhões de anos. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/voce-sabe-como-funciona-o-pre-sal-8856.html>>.

Acesso em 24 abr 2016.

<sup>XXI</sup> CRUZ, 2015, p. 2.

<sup>XXII</sup> ABEND, 2014, p. 25.

<sup>XXIII</sup> CHACEL, 2014, p. 35.

<sup>XXIV</sup> PUFF, 2016, *s/p*.

<sup>XXV</sup> BRÊTAS; NETO, 2016, *s/p*.

<sup>XXVI</sup> PUFF, 2016, *s/p*.

<sup>XXVII</sup> GASPARI, 2015, p.15.

<sup>XXVIII</sup> *Idem*.

<sup>XXIX</sup> Os parceiros do PNCE são: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil); Banco do Brasil (BB); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Caixa Econômica Federal (CAIXA); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Correios; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). No Rio de Janeiro, ainda participam a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio), Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-RJ). Disponível em: <<http://www.pnce.rj.gov.br/pnce.php>>. Acesso em: 20 ago 2016.

<sup>xxx</sup> PNCE, s/a, s/p.

<sup>xxxI</sup> GAZETA DO POVO. Gastos com Olimpíada do Rio sobem para R\$ 37,6 bi com novas obras. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/2016/gastos-com-olimpiada-do-rio-sobem-para-r-376-bi-com-novas-obras-ebgtig1qaijj8r1prem63ej4e>>. Acesso em: 23 set 2016.

### Referências bibliográficas:

ABEND, Celia. Subsea é a nova aposta. **Economia Rio**. Ano 01, edição 03. Rio de Janeiro, 09/2014.

ALVARENGA, Darlan. Arrecadação com royalties do petróleo cai 25% em 2015. **G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/arrecadacao-com-royalties-do-petroleo-cai-25-em-2015.html>>. Acesso em: 20 set 2016.

BOWLER, Tim. Quem ganha e quem perde com a queda do preço do petróleo?. **BBC Brasil**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141014\\_petroleo\\_perde\\_ganha\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141014_petroleo_perde_ganha_pai)>. Acesso em: 19 set 2016.

BRÊTAS, Pollyana; NETO, Nelson Lima. Isenção de R\$ 138 bilhões pagaria servidores do estado por mais de cinco anos. **Extra**. Disponível em: <<http://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/isencao-de-138-bilhoes-pagaria-servidores-do-estado-por-mais-de-cinco-anos-18833759.html>>. Acesso em: 22 set 2016.

GAZETA DO POVO. Gastos com Olimpíada do Rio sobem para R\$ 37,6 bi com novas obras. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/esportes/olimpiadas/2016/gastos-com-olimpiada-do-rio-sobem-para-r-376-bi-com-novas-obras-ebgtig1qaijj8r1prem63ej4e>>. Acesso em: 23 set 2016.

GOMBATA, Marsílea. Você sabe como funciona o pré-sal?. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/especiais/infraestrutura/voce-sabe-como-funciona-o-pre-sal-8856.html>>. Acesso em 24 abr 2016.

CHACEL, Cristina. Todos os caminhos dão no mar. **Economia Rio**. Ano 01, edição 03. Rio de Janeiro, 09/2014.

CRUZ, José. Que crise é essa? A queda na arrecadação das rendas petrolíferas nos municípios da região produtora do Estado do Rio de Janeiro. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Ano XII, nº 48. Campos dos Goytacazes, Junho/2015.

FILHO, Edson; PALMA, Manuel; PERESTRELO, Margarida; LIRA, Rodrigo. The challenges of the competitive development of the Brazilian Oil and Gas sector in the context

of pre-salt – Part II. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**. Ano XII, nº 48. Campos dos Goytacazes, Junho/2015.

GASPARI, Alexandre. Nem só de petróleo... **Economia Rio**. Volume 02, número 06. Rio de Janeiro, 06/2015.

MESSARI, Nizar & NOGUEIRA, João. **Teorias das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph; KEOHANE, Robert. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 2001.

PETROBRÁS. **Pré-Sal**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 20 out 2016.

PNCE. **Plano Nacional de Cultura Exportadora**. Disponível em: <<http://www.pnce.rj.gov.br/pnce.php>>. Acesso em: 20 ago 2016.

PUFF, Jefferson. 4 motivos que levaram o Rio a decretar estado de calamidade pública. **BBC Brasil**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36566996>>. Acesso em: 19 ago 2016.

THE ECONOMIST. **Why the oil price is falling**. Disponível em: <<http://www.economist.com/blogs/economist-explains/2014/12/economist-explains-4>>. Acesso em: 19 ago 2016.